

Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício nº 0158/2022-GP/PMC

Cáceres - MT, 02 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor

VER. CLODOMIRO DA SILVEIRA PEREIRA JÚNIOR

Câmara Municipal de Cáceres Rua Coronel José Dulce, esq. Rua Gal Osório Cáceres – MT - CEP 78210-056

Ref.: Protocolo nº 14.326/2021 de 12/07/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CÂCERES Em 03 102 12022 Horas 09:47 Sobno 343 Ass. Paliani Lina

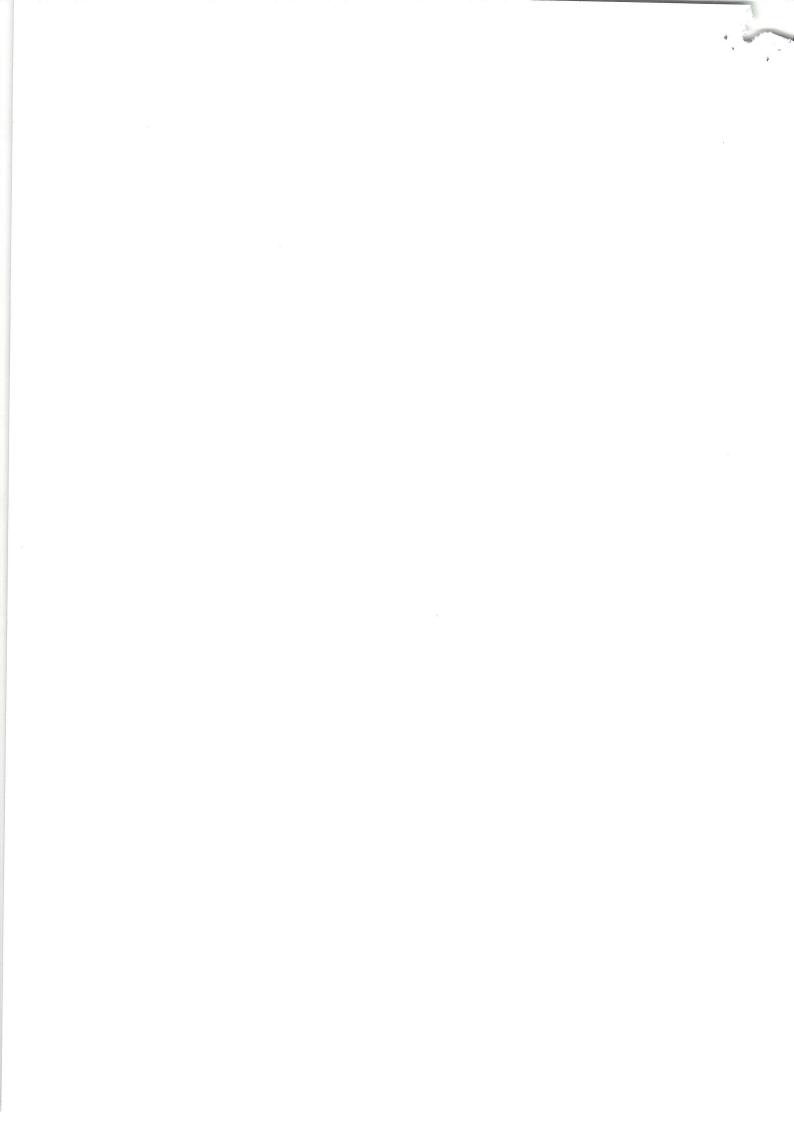
Senhor Vereador:

Acusamos o recebimento do Ofício nº __/2021 da Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação da Câmara Municipal de Cáceres, referente à análise do Projeto de Lei n.º 047/2021 — Autoriza a doação, com encargos, de imóvel integrante do Patrimônio Municipal ao Estado de Mato Grosso/SEMA-MT, para a finalidade que se especifica e dá outras providências.

Conforme solicitado, encaminhamos a Vossa Excelência os documentos, cópias apensas, necessários para nova deliberação do Projeto de Lei.

Atenciosamente.

ODENILSON JOSÉ DA SILVA Prefeito de Cáceres em exercício





fins. Essas aquisições ou são feitas contratualmente, pelos instrumentos comuns do Direito Privado, sob a forma de compra, permuta, doação, dação em pagamento, ou se realizam compulsoriamente por desapropriação ou adjudicação em execução de sentença, ou ainda, se efetivam por força de lei na destinação de áreas públicas nos loteamentos (...)."

6. Nesse contexto os artigos 98 e 99 do Código Civil, sobre a matéria assim tratam:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

[...]

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

7. Acerca da disposição dos bens públicos, cabe destacar o instituto da alienação, da qual a doação é uma de suas espécies, tendo sido tratada no artigo 17, inciso I e Parágrafos 1º da Lei nº 8.666/93, que assim dispõem, in verbis:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as

Página 2 de 5





Protocolo 14.326/2021 Projeto de Lei 047 de 17 de junho de 2021 Objeto: Doação de terreno para a SEMA

JUSTIFICATIVA

Vistos, etc.

- 1. Trata-se a presente sobre a doação de terreno à Sema. Em síntese, o Executivo vem atender ao pedido formulado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso SEMA/MT, através da Diretoria da Unidade Desconcentrada de Cáceres, que pleiteou a doação de área localizada na Avenida Brasil, Bairro Jardim Celeste, compreendendo a metragem de 1.000,00 m² e o perímetro de 130,00 metros (adjacente à Unidade do SESI e fundos com o Ministério Público Federal), conforme coordenadas estabelecidas em Croqui e Memorial Descritivo e descritas no artigo 1º do PL 047/2021.
- 2. A área, objeto de doação, destina-se à construção de estrutura física da sede da Diretoria de Unidade Desconcentrada DUD de Cáceres, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso SEMA/MT.
- 3. Trata-se de área integrante do Centro Operacional de Cáceres C.O.C , a ser desmembrada da Matrícula nº 8083, contendo no bojo do Projeto de Lei as ressalvas e garantias de costume ao Município de Cáceres.
- 4. Tendo em vista a matéria revestir-se de relevante interesse público, justifico:
- 5. Hely Lopes Meirelles, ao falar de doação, aquisição e alienação de bens imóveis pelo Município, ensina:

"O Município, no desempenho normal de sua administração, adquire bens de toda espécie e os incorpora ao patrimônio público para realização de seus

Página 1 de 5





entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) dação em pagamento;
- b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)
- c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;
- d) investidura;
- e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)
- g) procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei no 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal incluase tal atribuição; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
- h) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área

Página 3 de 5



CLAUDIO HENRIQUE DONATONI



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA DE CÁCERES SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

de até 250 m² (duzentos e cinqüenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

i) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União e do Incra, onde incidam ocupações até o limite de que trata o § 10 do art. 60 da Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais; e (Redação dada pela Lei nº 13.465, 2017)

(...)

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

8. A Lei Orgânica Municipal dispõe em seu artigo 105, inciso T, alínea ." a", os requisitos para o município fazer doação de bem imóvel:

"Art. 105. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificada, na forma da lei será sempre precedida de avaliação e obedecerá a seguinte norma:

I- quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos: 187 (Emenda nº 10 de 03/12/2003)

a) doação, devendo, obrigatoriamente, constar no contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a

Página 4 de 5



Assinado por 1 pessoa:



cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato e responsabilização de quem lhe deu causa.188 (Emenda nº 10 de 03/1212003)"

- 9. Em detida análise dos documentos apresentados, evidencia-se de forma latente o interesse público, haja vista que a instalação de tal unidade proporcionará o atendimento da população cacerense, em primazia aos princípios da eficiência, sobremaneira, na prestação das atividades, e por consequência, na incrementação da política pública no âmbito municipal.
- 10. Não obstante ao princípio da eficiência, tem-se ainda o princípio a celeridade, desburocratizando diversos processos e seus trâmites já que Cáceres poderá contar com uma unidade da qual os usuários poderão estabelecer contato direto na resolução dos processos e abertura de novos pedidos, sem intermediações ou deslocamentos, de forma a auxiliar no fomento do desenvolvimento econômico sustentável.
- 11. Ademais, friso que além da eficiência e celeridade na desburocratização dos processos, o referido órgão é imprescindível para a região dada a localização geográfica de a Cidade estar situada no Centro-Sul do Estado sendo considerada Microrregião do Pantanal, com a maior área pantaneira de todo o Estado.
- 12. Por fim, é notório que o município, os cidadãos e demais instituições públicas e privadas receberão grande contribuição da SEMA na preservação, conservação, defesa, melhoria, controle e recuperação do meio ambiente, considerando o interesse local, o direito de todos à qualidade de vida e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, auxiliando Cáceres nas políticas públicas de Meio Ambiente.

Cáceres-MT, 01/02/2022

CLÁUDIO HENRIQUE DONATONI SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Página **5** de **5**



Assinado por 1 pessoa: CLAUDIO HENRIQUE DONATONI



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F4F7-A0F4-D79A-1AB8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI (CPF 035.XXX.XXX-75) em 01/02/2022 15:33:51 (GMT-04:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC ONLINE RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://caceres.1doc.com.br/verificacao/F4F7-A0F4-D79A-1AB8



LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Nº LAUDO: 014/2021

DATA DO LAUDO: 03/11/2021

SOLICITANTE: Câmara Municipal de Cáceres

FINALIDADE: Doação

OBJETIVO: Valor do imóvel

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA:

Oficio da Câmara

IMÓVEL

Proprietário: Prefeitura Municipal de Cáceres

Classificação: Lote

Cumpre-nos observar e pedir atenção para os seguintes fatos:

Matrícula: Segundo o relatório no anexo a área é pertencente a matrícula do município 8083.





Figura 1: Localização da área. Fonte: Google Earth.

Caracterização da região:

O imóvel é situado no Bairro Jardim Celeste. O imóvel dispõe de seguinte infraestrutura: Rua não pavimentada no acesso, sistema de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública e coleta de resíduos. O imóvel possui fácil acesso a serviços comerciais e atendimento de serviços público.

Caracterização do terreno:

Local: Avenida Brasil, Bairro Jardim Celeste, Cáceres – MT.

Coordenadas Geográficas: 16° 5'2.16"S Fonte: Google Earth 57°40'23.79"O

<u>Dimensões:</u> Conforme consta no memorial descritivo no relatório o imóvel possui área de 1.000,00 m² com a seguinte descrição: 25,00m confrontante com a Avenida Brasil, 40,00m confrontante com Serviço Social da Industria, 25,00m confrontante com Ministério Público e 40,00m confrontante com Áreas Públicas.

Endereço: Av. Brasil, 119, bairro Jardim Celeste, Cáceres-MT CEP: 78.200-000. Fone: (65) 3223-1500 www.caceres.mt.gov.br



Inscrição Cadastral Imobiliária: -

Levantamento de dados de mercado:

Utilizando como referência os valores disponíveis em sites de imobiliárias da cidade para averiguar os valores praticados:



02)





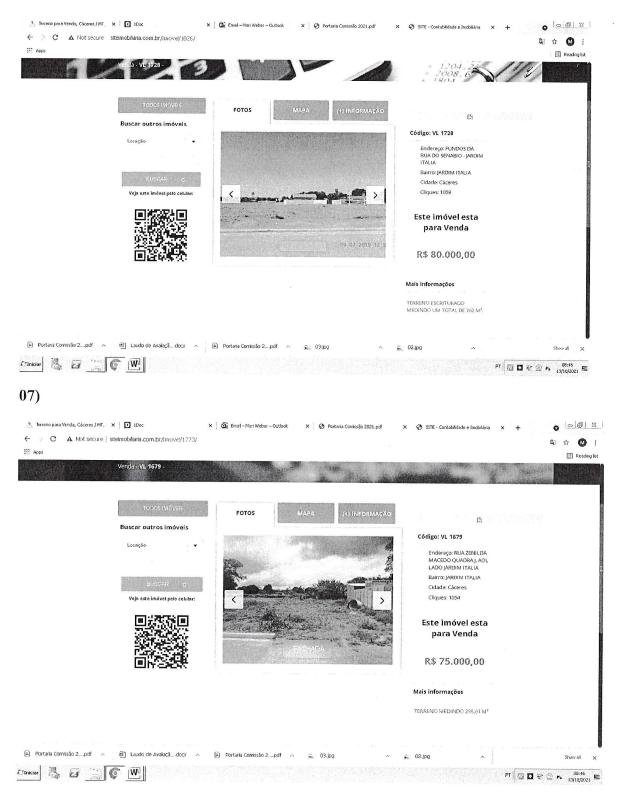
04)





06)





Endereço: Av. Brasil, 119, bairro Jardim Celeste, Cáceres-MT CEP: 78.200-000. Fone: (65) 3223-1500 www.caceres.mt.gov.br



Estimativa de Valor:

Valor Venal: -

Pesquisa			Valor mediano	
Proposta	Área (m²)	Valor (R\$)	Preço/m²	Preço Total (R\$)
1	360,00	R\$ 85.000,00	R\$ 236,11	R\$ 85.000,00
2	375,00	R\$ 35.000,00	R\$ 93,33	R\$ 88.541,67
3	360,00	R\$ 100.000,00	R\$ 277,78	R\$ 85.000,00
4	360,00	R\$ 80.000,00	R\$ 222,22	R\$ 85.000,00
5	255,50	R\$ 60.000,00	R\$ 234,83	R\$ 60.326,39
6	262,00	R\$ 80.000,00	R\$ 305,34	R\$ 61.861,11
7	288,61	R\$ 75.000,00	R\$ 259,87	R\$ 68.144,03
	Média ent	re propostas	R\$ 236,11	

Valor Proposto: R\$ 236.110,00

Considerações:

"Esta avaliação foi feita de acordo com as instruções da ABNT NBR 14653-1 e 14653-2, e nos documentos apresentados, dados cadastrais do imobiliário urbano municipal, imagem de satélite, e vistoria com fotografias (anexos) do imóvel".

"CONSIDERANDO O EXPOSTO ESTA AVALIAÇÃO SERÁ SOBRE O PREÇO DE MERCADO, COM FINALIDADE DE AVALIAR SOMENTE O M² DO IMÓVEL EM QUESTÃO POR REGIÃO".

"Considera—se, para fins de avaliação, que o imóvel não possui comprometimentos de natureza técnica que venham a impossibilitar ou interferir no processo de sua venda. Reservamos no direito de rever esta avaliação caso venham ser identificado algo que afete o potencial de valoração do imóvel."

"Declaramos que esta comissão não tem conhecimento de interesse presente ou futuro, próprio ou de familiares, no imóvel que está sendo avaliado".

"Não fizemos nenhuma investigação a respeito de títulos de propriedade, litígio ou alienação contra o imóvel ora avaliado, bem como nas atividades do proprietário do mesmo, somente observamos a avaliação e o método comparativo Administrativo de mercado."



OBS: Os procedimentos técnicos empregados no presente laudo estão de acordo com os critérios estabelecidos pelas Normas de Avaliação NBR 14653-1: 2011 E NBR 14653-2: 2011 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e os Cálculos de Avaliação para determinação dos valores elaborados foi feito com base no Método Comparativo Direto, no entanto, a carência de amostragem de imóveis para venda exigiu que os valores fossem mensurados através do comparativo do valor de mercado de compra e venda, assim sendo, chegamos aos valores para venda com base no valor venal do imóvel.

Cáceres, 04 de novembro de 2021.

Thales Ávila Brito
Arquiteto – SMIL

Gean Carlos Soares Militão Engenheiro Civil - SMIL

Marineide WeberFiscal de Obras e Posturas - SEFAZ

Endereço: Av. Brasil, 119, bairro Jardim Celeste, Cáceres-MT CEP: 78.200-000. Fone: (65) 3223-1500 www.caceres.mt.gov.br